

Biocombustíveis: reduzida a ajuda por hectare às culturas energéticas ao serem excedidos os 2 milhões de hectares de superfície

O Comité de Gestão dos Pagamentos Directos apoiou hoje por unanimidade uma proposta da Comissão Europeia de reduzir a superfície para a qual cada agricultor pode solicitar uma ajuda especial às culturas energéticas em 2007, considerando que foi excedida a superfície elegível de 2 milhões de hectares. A ajuda foi introduzida na reforma de 2003 da Política Agrícola Comum, a fim de oferecer um incentivo aos agricultores para que aumentassem a produção de biocombustíveis e de energia eléctrica e térmica produzida a partir da biomassa. Até uma superfície máxima garantida de 2 milhões de hectares, os agricultores recebem 45 euros por hectare desde que celebrem um contrato com o colector ou o primeiro transformador, a fim de assegurar que as culturas serão utilizadas para a transformação nos produtos energéticos em questão. Se for excedida essa superfície, é aplicado um coeficiente de redução à superfície para a qual cada agricultor pode solicitar ajuda, a fim de assegurar que não seja superado o orçamento de 90 milhões de euros. Em 2007, a referida superfície atingiu cerca de 2,84 milhões de hectares e foi, portanto, fixado um coeficiente de redução de 0,70337. Por outras palavras, os agricultores recebem uma ajuda de 45€/ha por um pouco mais de 70% das superfícies para as quais solicitaram ajuda.

"Este pagamento tem sido muito útil para incentivar o sector europeu dos biocombustíveis", afirmou Mariann Fischer Boel, Comissária responsável pela agricultura e desenvolvimento rural. "Mas quando avaliarmos no próximo mês o estado de saúde da política agrícola comum, teremos de perguntar se ainda é necessário. Dispomos agora de um objectivo vinculativo para os biocombustíveis e de um mercado florescente".

Os números apresentados pelos Estados-Membros mostram que os pedidos aumentaram este ano para cerca de 2,84 milhões de hectares, sendo a primeira vez que 10 dos "novos" Estados-Membros que utilizam o regime de pagamento único por superfície passaram a ser elegíveis para esta ajuda. A superfície máxima foi, por isso, aumentada de 1,5 para 2,0 milhões de hectares.

A simplificação do regime recentemente introduzida pela Comissão contribuiu aparentemente para a sua popularidade entre os agricultores e a indústria transformadora. Novos elementos, como a possibilidade de os Estados-Membros substituírem uma garantia pelo "sistema de aprovação facultativo" de colectores ou primeiros transformadores, reduziram significativamente os encargos administrativos.

A aplicação do regime teve início em 2004, quando a superfície abrangida totalizava 0,31 milhões de hectares. A superfície aumentou nos dois anos seguintes (em 2005, 0,57 milhões de hectares e em 2006, 1,23 milhões de hectares). Este ano a superfície total alcançou cerca de 2,84 milhões de hectares.

A expansão das superfícies em 2007 ao abrigo do regime reflecte o seu êxito entre os Estados-Membros. O interesse dos agricultores em produzir culturas energéticas aumentou significativamente em apenas quatro anos e, em 2007, o orçamento total de 90 milhões de euros será inteiramente utilizado pela primeira vez.